

A Cidade Educa?

Alexandra Silva de Carvalho¹

Carolina Lima²

Cássia Maria Baptista de Oliveira³

Kátia Bernardo do Nascimento Silva⁴

Resumo

Este artigo objetiva analisar a relação entre direitos sociais e violência (esclarecendo as tensões criadas em torno do tema da liberdade) intrínsecos à democracia, a qual vem produzindo uma sociedade de riqueza privada e pobreza pública fundada na tolerância que não assegura liberdades elementares na cidade, como possibilidade de reflexão sobre o contraste entre o utopismo do processo social e o utopismo da forma espacial, apresentado por David Harvey no livro *Espaços de Esperança*, a partir da seguinte questão: Como se pode construir um utopismo que integre processo social e forma espacial? Busca-se concretizar esta reflexão a partir da relação entre os espaços construídos na Via Light, em Nova Iguaçu, e o tempo de sua construção. A metodologia utilizada na pesquisa histórica é a análise dos projetos de construção dos espaços na Via Light, que identifica a ligação entre ação social e pensamento utópico, destacando-se os desafios aos direitos sociais provocados pelos desenvolvimentos geográficos desiguais.

Palavras-chave: direitos sociais, cidade, utopismo dialético.

Abstract

This article aims to analyze the relationship between social rights and violence (clarifying the tensions created around the theme of freedom) intrinsic to democracy, which has been producing a society of private wealth and public poverty founded on tolerance does not ensure that basic freedoms in the city, as a possibility to reflect on the contrast between the utopianism of social process and spatial form of utopianism, presented by David Harvey in his book *spaces of Hope*, from the following question: how can you build a utopianism that integrates social process and spatial form? We seek to achieve this reflection from the relationship between the buildings on Via Light in New Delhi, and the time of its construction.

¹ Formando em Pedagogia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

² Formando em Pedagogia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

³ Formação em Psicologia. Doutorado em Educação. Professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

⁴ Formando em Pedagogia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

The methodology used in historical research is the analysis of construction projects in the areas of Via Light, that identifies the link between social action and utopian thinking, highlighting the challenges to social rights caused by uneven geographical developments.

Keywords: social rights, city, dialectical utopianism.

A Cidade Educa?

**Alessandra Gouvea
Carolina Lima
Kátia Bernardo do Nascimento Silva
Eliza Americo Gouvea**

Esta proposta para um debate no encontro do 8º Congresso Internacional Cidade Virtual e Território teve sua gênese investigativa no grupo de pesquisa que estuda a relação entre infância, cidade e educação no campus de Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com a intenção de compreender os novos modos de sociabilidade através do que acontece com os cidadãos nos espaços de convivência social. Para isso, assim formulamos: como a violência na Via Light e sua relação com os direitos sociais interferem na sociabilidade? Esta pesquisa se encontra em fase inicial e recebe apoio da Faperj, contando com a participação de estudantes do curso de Pedagogia. Nesta direção, propomos refletir sobre os direitos sociais numa perspectiva que valorize a cidade educadora.

Os direitos sociais na Via Light

A formulação dos direitos sociais é um campo de saber que vem se constituindo em torno das ciências humanas e sociais, propiciando a reflexão acerca da participação social, da legislação, da responsabilidade social e da problematização do sentido de direitos sociais com o objetivo de promover e potencializar os processos de justiça.

A problematização dos direitos sociais no marco dos direitos humanos inclui a própria cidade, tanto no processo de mobilização e articulação para enfrentar a violência e garantir os direitos, quanto na investigação e na análise, indicando que a pesquisa pode ser um momento de produção teórica e de intervenção, porque está voltada para o questionamento do sentido dos direitos sociais e para a mudança do ato de conceber a cidade como educadora. Nesta direção, constrói-se um campo de tensões e confluências entre teorias e práticas e sujeito-pesquisador e sujeito-pesquisado.

Procura-se analisar os direitos sociais no que tange aos direitos humanos em sua relação com a violência para situar e contextualizar a reflexão sobre cidade e direitos humanos no processo de enfrentamento da violência nas democracias liberais modernas, visando garantir os direitos sociais. Uma vez que o enfrentamento da violência é marcado pela diversidade, a multiplicidade de temas, os formatos e as linguagens, os fundamentos da formação em direitos estão sendo colocados em questão.

Os problemas enfrentados na cidade em relação à violência social sugerem questões como: a cidade propicia a ampliação da educação em direitos humanos? A cidade é um espaço que se articula com a educação? As situações vividas na cidade mostram que a violência no ambiente urbano e os seus diversos modos de enfrentamento nos levam a indagar: quanto vale a vida?

Busca-se, assim, compreender as tensões que envolvem a relação direitos sociais e violência em função do fato de se reconhecer que a garantia desses direitos se realiza por meio das políticas públicas, com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais, implicando justiça distributiva. Entende-se por direitos sociais o direito à vida; à igualdade do homem e da mulher; a uma educação digna do homem; à imigração e à emigração; à livre escolha para aderir às diversas associações econômicas, políticas e culturais, à assistência aos desamparados. Nesse sentido, Meireles (2008, p. 93) dispõe que:

A garantia dos direitos sociais, hoje, representa condição necessária para que se possibilite o efetivo gozo dos direitos de liberdade civis e políticos clássicos. Sem aqueles, estes restam esvaziados de conteúdo e não passam de meras promessas inscritas em um papel ao qual, inclusive, nem todos têm acesso.

Desta maneira, nós pensamos os direitos sociais em relação com a prostituição e o trabalho infantil em função da presença da prostituição na Via Light, em Nova Iguaçu, e dos adolescentes que trabalham no semáforo limpando vidro de carros. Essas situações que ocorrem na Via Light representam o horror para os cidadãos, que as veem como ameaça à segurança, provocando o medo de ser assaltado, o que gera novas formas de sociabilidade.

Atualmente, o espaço público está sendo associado a “local de perigo”, algo que ameaça o cidadão. Bauman (2009) considera que o medo, a insegurança e a incerteza alimentam a dissolução da solidariedade, que está sendo substituída pela competição. No entanto, a experiência humana constrói-se nos lugares.

Deste ponto de vista, a violência como elemento que afasta o cidadão do espaço público anuncia a lógica fundada na vigilância e na distância que funciona como uma cerca. As cercas têm dois lados. Elas dividem o espaço em dentro e fora, dividindo também, em consequência, aqueles que estão dentro do espaço e os que estão fora dele. Mas o que significa estar dentro de um espaço ou fora dele quando os tipos de integração indicam que há diferentes modos de relação com o espaço público? Essas diversas formas de relação

com o outro no espaço público também podem apontar o fato de que ele tanto aparece como local capaz de oferecer tranquilidade e segurança quando é compartilhado entre os iguais, quanto como local que propicia o medo e a insegurança quando favorece o encontro com o estranho.

Com a leitura do livro *Confiança e medo na cidade*, de Bauman (2009), pudemos entender que o espaço público é o lugar onde é permitido o acesso a todo homem e mulher sem qualquer seleção prévia ou classificação. Ao ser possível no espaço público o encontro dos pares e dos “estrangeiros”, ele se transforma em local para encontros e conflitos, já que “o estrangeiro representa um risco” (Bauman, 2009, p. 69). É no espaço público que os estrangeiros se encontram, e é lá que o ser humano manifesta seus sentimentos e ideias, exercitando as mais diversas formas de interação e rejeição, em muitos casos, rejeição causada pelo medo e pela insegurança. No espaço público estamos vulneráveis e sujeitos a toda e qualquer variação de humor, estado emocional, psicológico ou a um ataque físico ou ideológico. Mas também é no espaço público que se aprendem e se “praticam os costumes e as maneiras de uma vida urbana satisfatória” (Bauman, 2009), considerando-se que a maioria da população global é formada e está estabelecida nas cidades. Bauman reitera que esse livre aprendizado só é possível nos espaços públicos que

[...] não se rendem à ambição modernista de anular as diferenças nem à tendência pós-moderna de cristalizá-las por meio da separação e do estranhamento recíproco. São nesses espaços públicos que, reconhecendo o valor criativo das diversidades e sua capacidade de tornar a vida mais intensa, encorajam-se as diferenças a empenharem-se num diálogo significativo (2009, p. 70).

Bauman nos traz um significativo pensamento que nos remete às influências que emergem dos espaços sociais da cidade e que, de uma forma ou de outra, influenciam a socialização e a sociabilidade dos cidadãos. No livro *Confiança e medo na cidade* (2009), o autor aborda também as formas veladas e até mesmo invisíveis que o capitalismo usa para influenciar as vidas dos cidadãos. Ao levantar as questões do medo e das inseguranças dos cidadãos, ele questiona sobre as fronteiras erguidas para proteger as “ilhas de uniformidades” que nos reportam ao “nosso lugar” de conforto e segurança, onde só os nossos pares transitam e se comunicam – um lugar isolado do estranho, do diferente e de tudo o que nos provoca medo.

A lógica do medo e da insegurança abarca duas questões sociais de suma importância para a nossa reflexão: a convivência entre iguais e a convivência entre os diferentes. Conviver entre iguais é confortável e seguro e não nos dá a oportunidade de

exercitar uma prática necessária para que se complete o processo de socialização, que é o desafio de trabalhar a tolerância em relação ao que é para nós diferente e estranho.

O capitalismo dá ênfase à ideia de consumir segurança, conseqüentemente, mais seguro é quem tem mais capital para investir, o que Bauman chama de “capital do medo”. O investimento feito pelos cidadãos nos sistemas mais avançados em segurança e vigilância envolve a falsa ideia de que estarão a salvo se estiverem ao alcance dos focos das câmeras e dos sensores distribuídos pela cidade. Assim, reforça-se a necessidade de “segurança pessoal”, que tanto assombra não só a classe média urbana, mas toda a sociedade.

Esta reflexão nos levou a perguntar sobre como os cidadãos iguaçuanos percebem os espaços públicos de convivência social na Via Light e como os espaços de convivência interferem na sua sociabilidade.

A Via Light, em Nova Iguaçu, foi um projeto elaborado por arquitetos que trabalhavam na prefeitura desta cidade, e foi construída por Marcelo Alencar, no decurso de seu governo do estado do Rio de Janeiro, em 1988, destinada a tornar Nova Iguaçu a cidade-metrópole da Baixada Fluminense. Com cruzamentos e viadutos, a avenida foi projetada com espaços de lazer e com uma concepção de paisagismo. Nos outros municípios da Baixada Fluminense – São João de Meriti, Nilópolis e Mesquita – ela se destina exclusivamente ao tráfego, ao transporte, sem caminhantes ou passantes. Esta via expressa do estado do Rio de Janeiro, com 10,65 quilômetros de extensão, oficialmente denominada RJ-081, liga o município do Rio de Janeiro ao município de Nova Iguaçu. No sentido Rio de Janeiro-Nova Iguaçu, ela começa na Pavuna, bairro que demarca os limites dos municípios do Rio de Janeiro e de São João de Meriti, e termina em Nova Iguaçu, no entroncamento que oferece condições de acesso à Estrada de Madureira, à linha férrea e ao centro urbano de Nova Iguaçu.

Entre os edifícios comerciais, o shopping-center e o polo gastronômico, crescem expandindo o lugar os condomínios que prometem uma vida melhor, reduzida ao tamanho dos vizinhos que lá vão morar. As arquiteturas desses espaços se apresentam numa ordem que significa a riqueza e a pobreza. Sua linha contínua transforma a avenida em lugar de passagem, enfraquecendo as relações sociais entre as pessoas.

Cabe esclarecer que a fonte utilizada para coletar essas informações sobre o projeto da Via Light foi uma entrevista realizada com a arquiteta, Carla Neves, que trabalha na prefeitura de Nova Iguaçu, em função da dificuldade de acesso aos documentos vinculados a este assunto na prefeitura e de não se ter encontrado até esse momento artigos relacionados à Via Light.

Em função das dificuldades encontradas para trabalhar com a pesquisa histórica, buscamos nessa primeira experiência de pesquisa nos voltarmos para a observação direta do processo de sociabilidade em espaços de convivência social localizados na Via Light –

estes ainda em processo de escolha. Foi importante realizar um passeio pela Via Light para identificar os espaços existentes e para caracterizar esta via em função de sua pluralidade e da coexistência das diferenças em relação ao padrão de vida de seus habitantes.

A percepção das diferenças socioculturais na Via Light aponta para as maneiras de interpretar as diferenças em relação aos direitos sociais. Esta constatação nos deu a chave para compreender que a nossa experiência de buscar observar os espaços de convivência que propiciam as interações significava lidar com o nosso próprio universo social.

Durante o passeio realizado na Via Light, a tensão entre o ver e o não ver as interações se manifestou quando a Via Light passou a significar a materialização das desigualdades entre os bairros do centro e da periferia, fazendo ressaltar o fato de que a organização espacial da “cidade-metrópole” é contrastante com os processos sociais voltados para garantir os direitos sociais dos cidadãos. A partir desta observação, surge a pergunta: como se pode construir um utopismo que integre processo social e forma espacial? Quando percebemos que cada vez mais os cidadãos se afastam do próprio universo de referência em relação às diretrizes para as políticas públicas voltadas para diminuir as desigualdades sociais.

A formulação desta pergunta nos levou a indagar se a cidade educa o nosso modo de viver e de conceber os direitos sociais. A partir desta perspectiva, nos cabe perguntar como os espaços de convivência social sopram vida na cidade.

Esta compreensão nos levou a perceber que o que acontece nos espaços de convivência social em relação às formas de interação nos remete à visão do espaço como cenário-ambiente e as interações entre os sujeitos como artes – artes com as quais nos produzimos socialmente, formando a consciência do ser socializado.

Os espaços de convivência social: arte de educar

Diante da compreensão dos espaços de convivência social como cenário-ambiente, consideramos importante realizar observação etnográfica em um local de convivência social onde serão desenvolvidas as entrevistas com os cidadãos. Aqui, o espaço de convivência social está vinculado ao espaço público. É neste último que podemos observar os tipos de integração. Por esta razão, escolhemos como objeto teórico da pesquisa a socialização e as sociabilidades e consideramos importante entender a sociabilidade a partir dos processos interativos apontados por Bauman, quando ele apresenta as diversas formas de integração.

Em relação às formas de integração dos sujeitos na cidade, tomamos como referência o livro *Vida em Fragmentos*, de Bauman (2011), no qual ele desenvolve uma reflexão acerca deste tema, especialmente, o capítulo 2, “Formas de Integração”. Neste livro, o autor apresenta alguns processos interativos que estão presentes na atualidade,

como a integração móvel da rua movimentada ou do shopping-center, que ocorre em locais de passagem; a integração moderada, que se dá nos prédios dos escritórios ou das fábricas, entendida como uma condição para que as pessoas permaneçam juntas; a integração manifesta, que se apresenta numa marcha de protesto, numa torcida de futebol ou numa boate; e a integração postulada pelas comunidades, as irmandades entre nações, e por classes, gêneros, etnias e outras, explicada como um trabalho da imaginação impelida pela saudade de casa; a integração matricial, que ocorre no bar, numa praia no feriado, num salão de baile. Segundo este autor, todos estes tipos de integração apresentam traços peculiares e poderão trazer consequências morais em função das características dos encontros na atualidade.

Aqui, entendemos que qualquer tipo de integração pode ser considerado como socialização porque pressupõe um modo de estar com o outro, implicando consciência das normas comuns compartilhadas por determinados sujeitos, num determinado local e em determinado momento.

Estas diversas maneiras de estar com o outro, Gilberto Velho (2001) chamou de sociabilidade. Ele define a sociabilidade como o “território em que você está lidando com as interações, com as redes de interações, com as situações interacionais dos mais diferentes tipos” (p. 22). Georg Simmel (1939) empregou o conceito de socialização no sentido de que é a consciência de socializar-se o estar socializado. Isto implica compreender a socialização enquanto um processo de ação recíproca numa dada sociedade e a construção da consciência de que o indivíduo tem de estar socializado, de ser parte integrante daquele grupo social. Desse modo, pode-se entender como socialização o desenvolvimento do sentimento coletivo, da solidariedade social e da cooperação, ou o processo de integração dos indivíduos no grupo.

Berger e Luckmann (2001) pensaram o conceito de socialização a partir de dois processos de socialização. O primeiro refere-se à socialização primária, na qual “o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade”. A segunda diz respeito à socialização secundária, que é “qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (p. 175).

Levar a efeito a interação nos espaços de convivência significa entender que a cidade educa porque ela se aplica ao gênero de arte mais comum, universalmente praticado: a(s) arte(s) da vida.

Praticar a arte da vida, fazer de sua existência uma “obra de arte”, significa, em nosso mundo líquido-moderno, viver num estado de transformação permanente, autorredefinir-se perpetuamente tornando-se uma pessoa diferente daquela que se tem sido até então. “Tornar-se outra pessoa” significa, contudo, deixar de ser quem se foi até agora, romper e remover a forma que se tinha, tal como uma cobra se livra

de sua pele ou uma ostra de sua concha; rejeitar, uma a uma, as personas usadas – que o fluxo constante de “novas e melhores” oportunidades disponíveis revela serem gastas, demasiado estreitas ou apenas não tão satisfatórias quanto foram no passado. Para apresentar em público um novo eu e admirá-lo no espelho e nos olhos dos outros, é preciso tirar o velho eu das vistas, nossas e de outras pessoas, e possivelmente também da memória, nossa e delas. Ocupados com a “autodefinição” e a “autoafirmação”, nós praticamos a destruição criativa. Diariamente (Bauman, 2009, p. 98-99).

Desta forma, a vida social ganha sentido de arte, de uma obra que narra “as formas atuais de viver, de produzir, de amar, de estetizar a vida e de cuidar da própria existência, como obra de arte” (Linhares, Célia. In: *Portinari e a cultura brasileira*, 2011). A partir desse ponto de vista, cada indivíduo é um artista que constrói sua vida como obra de arte, convidando-nos a pensar o viver através da “busca de belezas sempre presentes na vida”, que é experimentada com delicadeza. Linhares, afirma:

Busca de beleza que se conjuga com uma amorosidade pelos outros. Outros, estranhos e estrangeiros, em seu próprio país, como os retirantes num mundo em ebulição e num país como o nosso, que ainda pedem que o conheçam, em intercâmbios cognitivos e afetivos: ele nos afetando com suas realidades plurais, muitas, tão próximas de nós, capazes de nos provocar assombros, que poderão ser restituídos, afetando-o com outros fios que irão compondo, com a participação de estudantes e professores, este Brasil que fazemos à nossa imagem e semelhança, como também ele assim nos faz (p. 5).

De que arte se trata, então? Na esteira de Bauman (2009), as nossas vidas são obras de arte.

Para viver como exige a arte da vida, devemos, tal como qualquer outro tipo de artista, estabelecer desafios que são (pelo menos no momento em que estabelecidos) difíceis de confrontar diretamente; devemos escolher alvos que estão (ao menos no momento da escolha) muito além de nosso alcance, e padrões de excelência que, de modo perturbador, parecem permanecer teimosamente muito acima de nossa capacidade (pelo menos a já atingida) de harmonizar com o que quer que estejamos ou possamos estar fazendo. Precisamos tentar o impossível. E, sem o apoio de um prognóstico favorável fidedigno (que dirá da certeza), só podemos esperar que, com longo e penoso esforço, sejamos capazes de algum dia alcançar esses padrões e atingir esses alvos, e assim mostrar que estamos à altura do desafio (Bauman, 2009, p. 31).

A arte refere-se, em definição ainda ligeira, ao desafio da vida de produzir coisas que serão admiradas nos lugares e, daí, depreender que a arte de educar é aquilo em que há desafio, o que possibilita potência, relação com a diferença e com a alteridade. Para que a arte se apresente na cidade como potência, precisa haver experiência, experimentação prática da arte de encontro, como poetizou Vinicius de Moraes: “a vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontros pela vida”.

A expressão potência de vida é aqui empregada como produção de novas formas de responsabilidade, solidariedade, cooperação, construção de laços, capacidade de inventar outros desejos e crenças que retirem a vida como suporte do capital, o qual desenha uma cultura do individualismo capaz de afetar cada vez mais a riqueza da biopotência do coletivo, da biopolítica da multidão. Pelbart¹ (2003, p. 24) afirma que o termo biopolítica foi apresentado por Foucault para designar uma das modalidades de exercício do poder sobre a vida. Para ele, a biopolítica é a entrada do corpo e da vida no domínio do poder, fazendo do poder-saber um agente de transformação da vida humana. Deleuze *apud* Pelbart, inspirado em Foucault, explicita que o poder sobre a vida deveria responder ao poder da vida, à potência política da vida (p. 25).

A palavra multidão, em Pelbart, está empregada não como massa a ser domada, mas sim como potência na qual predomina a morte da massa como algo homogêneo, compacto, subordinado. A multidão significa a potência do vir a ser pela possibilidade da insurgência em um mundo que insiste em viver com a escravidão, a sujeição, o servilismo, tolerando a injustiça social, a dominação, a exploração, a discriminação como expressões do poder soberano que, privatizando a vida assim como a arte, exige a morte do bem comum.

Conceber a sociabilidade nos espaços de convivência como arte de educar significa compreender a arte como “potência de vida, em que a vida ao mesmo tempo se pulveriza e se hibridiza, se moleculariza e se totaliza, ganhando uma amplitude inesperada e passando a ser redefinida como poder de afetar e de ser afetado” (Pelbart, 2003, p. 82-83). Esta compreensão implica “definir o Império como regime biopolítico com duplo sentido: significa reconhecer que nele o poder sobre a vida atinge uma dimensão nunca vista, mas por isso mesmo, nele a potência de vida se revela de maneira inédita” (p. 83).

Para finalizar

Neste trabalho, procuramos estabelecer que a via Light é um espaço que sinaliza as tensões sociais que envolvem a relação entre direitos sociais e violência, evidenciando que a sua organização espacial concretiza a utopia do projeto dos arquitetos que trabalharam na prefeitura de Nova Iguaçu no sentido da materialização da “cidade-metrópole”. No entanto, as desigualdades sociais contrastadas nesta avenida nos permitem perceber que a utopia da cidade-metrópole não integra o processo social porque esta mesma cidade-metrópole está voltada para as necessidades do mundo globalizado.

Nesse sentido, correlacionamos a integração do processo social com o espaço, a partir da compreensão de que a violência que ali é praticada tem relação direta com os direitos sociais. Vemos, assim, as relações sociais e a sociabilidade nos espaços de

convivência como obras de arte que são produzidas na cidade. Concluimos, desta forma, que a cidade educa o nosso modo de sentir e viver.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Vida em Fragmentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes Editora, 2001.

CIDADE DE NOVA IGUAÇU. Disponível em: www.novaiguacu.rj.gov.br/noticias_res.php?id=431) Acesso em: 07/07/2012.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

JORNAL O DIA. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/portal/1>. Acesso em: 12/07/2012.

LINHARES, Célia Linhares (organizadora). *Portinari e a Cultura Brasileira um convite à educação contrapelo*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

MEIRELES, Ana Cristina Costa Meireles. *A eficácia dos direitos sociais*. Salvador: JusPodivm, 2008.

PELBART, Peter Pál. *Vida Capital. Ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006 [1939].

VELHO, Gilberto. Entrevista concedida a Celso Castro, Lucia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira em 3 de julho de 2001. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 183-210, 2001.
